



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

MP pede anulação de gravações da Pandora feitas com autorização judicial

Com os vídeos de Durval Barbosa anulados como prova na Operação Caixa de Pandora, advogados dos réus acreditam em uma nova vitória. É que o Ministério Público Eleitoral pediu a retirada das gravações feitas no curso da investigação como ação controlada para que Durval, delator do suposto esquema de corrupção, obtivesse novos elementos de confirmação dos crimes de corrupção no Executivo e Legislativo. O promotor de Justiça Paulo Roberto Binichski, que atua no caso na Justiça Eleitoral, afirma que Durval descumpriu várias determinações do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da Polícia Federal e agiu por conta própria. Tornou-se, assim, na visão do promotor “agente estatal manipulador da prova”.

Sem credibilidade, aponta promotor

Em parecer de 45 páginas, o promotor de Justiça Paulo Roberto Binichski destrói todo o trabalho de investigação dos colegas do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) que, em 2009, atuaram no caso que levou à colaboração de Durval Barbosa. Binichski sustenta que o material é “inservível para qualquer possibilidade de condenação” porque não se pode confirmar a sua idoneidade. Segundo ele, Durval não apresentou as gravações originais e nem há identificação de quais equipamentos foram utilizados. Além disso, Durval, de acordo com o promotor, escolhia os encontros que queria registrar para a investigação. “É de clareza solar o comportamento duvidoso do suposto colaborador, o qual desliga o equipamento da Polícia Federal, não avisa para ser acionado remotamente e resolve por conta própria, gravar os encontros que quiser e quando quiser, transcrevendo em mídia destacada do original e entrega à Polícia Federal, o material com o conteúdo por ele mesmo manipulado. E como dar credibilidade a isso?”

Ed Alves/CB/DA.Press



Primeira vitória

A primeira vitória dos réus da Operação Caixa de Pandora ocorreu em abril de 2016. O Superior Tribunal de Justiça rejeitou a acusação de lavagem de dinheiro, o que reduziu muito uma eventual pena em caso de condenação criminal.



Perdão judicial

O promotor Paulo Roberto Binichski disse que Durval Barbosa agiu em interesse próprio para obter perdão judicial. “O que tinha caráter de lícito no início no início das investigações tornou-se ilícito ao final em face do uso da máquina pública para atingir o interesse do colaborador de obter o perdão judicial e da ausência da idoneidade, uma vez que a forma de obtenção dos vídeos não condiz com a autorização judicial obtida”, registrou.

Encontro em Águas Claras

Entre as gravações consideradas ilícitas pelo Ministério Público Eleitoral está a realizada na residência oficial de Águas Claras, em 21 de outubro de 2009. Durval Barbosa, então secretário de Relações Institucionais, conversa com o então governador José Roberto Arruda e com o chefe da Casa Civil José Geraldo Maciel. Em várias ações, os promotores responsáveis pelo caso usaram um trecho da conversa como destaque nas ações de improbidade. “Aquela despesa mensal com

político sua está em quanto?”, pergunta Arruda a Durval. Ocorre que a defesa sempre apontou a edição das gravações. Durante anos, bateu na tecla da necessidade de uma perícia no equipamento utilizado. Houve à época uma falha no equipamento que não registrou todo o encontro.

Recurso ao TRE-DF

Ao analisar os pedidos de exclusão das provas realizadas com autorização judicial e ação controlada da Polícia Federal, o juiz Lizandro Garcia Gomes Filho, titular da 1ª Zona Eleitoral manteve as gravações como lícitas e válidas no processo. “Respeitando o entendimento diverso, não se vislumbra qualquer mácula à custódia da gravação ambiental na residência do Governador no dia 21/10/2009, uma vez que produzida com segurança de sua higidez, razão pela qual, ratifico a prova neste Juízo Eleitoral”, afirmou. O advogado Paulo Emílio Catta Preta, no entanto, acredita que a tese do Ministério Público Eleitoral será aceita em recurso a ser ajuizado em breve no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF).

Voz para a juventude

O governador Ibaneis Rocha sancionou a Lei 7.529/2024 que institui os Conselhos Regionais de Juventude (CRJs) e o Conselho de Juventude do DF (Conjuve-DF). A lei foi elaborada pela Secretaria da Família e Juventude. A intenção desses conselhos é dar voz para a juventude na elaboração de políticas públicas.

Arquivo Pessoal



Advogado brasileiro lança livro sobre transformação imobiliária de Brasília

A editora Dialética lança neste mês o livro *Propriedade Imobiliária nas Cidades: o Caos e a Criação de Espaços Urbanos*, do brasileiro Fernando Dantas, advogado mestre em direito imobiliário, urbanístico e ambiental. A obra faz uma análise sobre a forma como tem sido feita a regulamentação da propriedade imobiliária em zonas urbanas que estão se expandindo em Brasília. Formado em direito pelo UniCeub e em economia pela Universidade de Brasília (UnB), Dantas apresenta em estudo de caso do DF a dinâmica do crescimento das cidades, abordando os problemas que se reproduzem em praticamente todos os municípios, e aponta soluções aplicáveis em outras unidades da federação.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | ANDRÉ BON | INFECTOLOGISTA

Ao *CB.Saúde*, especialista alerta para o aumento de casos de coqueluche e fala sobre sintomas e tratamentos da doença

Vacina como principal ferramenta

» NAUM GILÓ

Cobertura vacinal, coqueluche, hepatites e HPV foram os temas abordados no programa *CB.Saúde* — parceria entre o *Correio* e a *TV Brasília* — de ontem. O infectologista do Exame Medicina Diagnóstica André Bon falou da importância do Programa Nacional de Imunizações e destacou a saída do Brasil da lista de países com mais crianças não vacinadas no mundo. O alerta sobre a possibilidade de aumento de casos de coqueluche no Brasil, a exemplo do que está ocorrendo na Europa, também foi abordado na entrevista, comandada pelas jornalistas Carmen Souza e Mila Ferreira.

O Brasil saiu da lista dos 20 países com o número de crianças não imunizadas. Estamos seguros nessa situação em relação à imunização?

É uma ótima notícia. É importante que a gente volte a ser um país que imuniza crianças e que é capaz de erradicar doenças que são imunopreveníveis. Ainda temos um caminho para andar, porque o que queremos é que nenhuma criança deixe de ser imunizada. Mas, é uma grande conquista. Nós temos um programa de imunizações nacional extremamente robusto, cobre dezenas de doenças que são passíveis de prevenção pela vacinação e é muito importante que a população volte a ter confiança nesse programa, que as famílias voltem

a levar suas crianças consistentemente para os postos de saúde para serem vacinadas com todas as vacinas do programa.

Além de ter um programa de imunização consistente, é importante também a conscientização por parte de pais e responsáveis, certo?

É tão importante quanto termos um programa robusto é a consciência da população da importância da vacinação. A gente costuma ter muito orgulho em dizer que tem uma cultura de vacinação no Brasil e isso se perdeu nos últimos tempos por vários motivos. É responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais fazer campanhas de vacinação, levar a informação da existência do programa,

Kayo Magalhães/CB/DA Press



da importância da vacinação e de quais vacinas estão lá.

Tem um alerta no Brasil em relação ao aumento de casos de coqueluche. Dados indicam que o número de diagnósticos no DF nos seis primeiros meses desse ano é o dobro do ano passado. A que se atribui esse aumento?

A gente teve um alerta de vigilância acerca da possibilidade de aumento no número de casos de coqueluche no Brasil, baseado no que está acontecendo na Europa: um aumento importante do

número de casos de coqueluche em todo o continente. A coqueluche é uma doença altamente transmissível que causa doenças graves nas crianças, especialmente as menores de um ano de idade. Historicamente, a doença ocorre em ciclos, com períodos de altas e baixas de casos.

Coqueluche pode ser uma doença fatal. Quais são os sintomas e o tratamento da doença?

Coqueluche é especialmente grave para crianças menores de quatro anos, sobretudo as menores

de um ano de idade. A doença evolui em três fases. A primeira é catarral, parece uma infecção viral simples, que dura entre uma e duas semanas. A segunda fase é de paroxismos, que é a mais clássica. Acontece episódios de tosse em crises intercaladas por períodos em que o paciente não tem nada. Essas crises de tosse são muito intensas, podendo causar falta de ar, que podem levar ao vômito e guincho, que é aquele barulho que se faz quando se tenta puxar o ar. Nessa fase, a criança pequena pode ficar com falta de ar, prostrada e mole. É a fase mais grave da doença, que pode evoluir para pneumonia e ao óbito.

Julho também é o mês de alerta às hepatites virais. A OMS calcula que haja 3,5 mil mortes por dia causadas pelas hepatites B e C. Como lidar com esse cenário?

As hepatites virais (A e B) são imunopreveníveis e têm vacinas disponíveis pelo SUS. A vacina contra a hepatite A é na infância e população chave, como os que vivem com HIV, hepatopatas, transplantados e imunossuprimidos. A vacina contra a B está disponível para todos



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo

os brasileiros nas unidades básicas de saúde. Para a do tipo B, além da vacinação, tem tratamento. Não é 100% curativo, mas tem tratamento para controlar e acompanhamento adequado, todos 100% disponíveis pelo SUS. A hepatite C tem hoje tratamento com quase 100% de cura, também disponível na saúde pública.

O HPV pode causar alguns tipos de câncer, entre eles o de colo de útero, e tem vacinação. Podemos dizer que o câncer de colo de útero é o único prevenível com vacinação?

É um câncer que é quase 100% imunoprevenível. Hoje temos disponível, pelo SUS, a vacina quadrivalente, e a nonavalente pela rede privada. A quadrivalente consegue prevenir até 70% dos cânceres de colo de útero e a nonavalente 90%. A vacina está disponível pelo SUS para a infância, a partir dos 9 anos de idade, para meninas e meninos. Também está disponível para populações especiais, como pacientes vivendo com HIV ou que usa a profilaxia pré-exposição para HIV (Prep) e pacientes imunossuprimidos.